

www.oxisdaquestao.com.br

Jornalismo não se divide em Opinião e Informação

Texto de Manuel Carlos Chaparro*

Em 11 de Maio de 1702, o jornal inglês *The Daily Courant* veio ao mundo para ser o primeiro diário de natureza política, na Europa. Só 75 anos depois surgiria o *Journal de Paris*, primeiro diário francês. Na América, o *Pensylvania Packet* apareceria ainda mais tarde, em 1784. No universo da língua portuguesa, o primeiro jornal diário foi o *Diário Lisbonense*, lançado em 1809. E no Brasil, a imprensa diária começou com o *Diário do Rio de Janeiro*, em 1821.

A importância do *Courant*, porém, vai além das datas: ganhou fama e lugar na história da imprensa por causa de uma inovação criada por Samuel Buckley, seu diretor. Mesmo que sem tal intenção, Buckley introduziu no jornalismo o conceito da objetividade, tornando-se o primeiro jornalista a preocupar-se com o relato preciso dos fatos, tratando as notícias como notícias, sem comentários.

Em meio à crise financeira que ameaçou o *Courant* logo nos seus primeiros tempos de existência, Elizabeth Mallet, fundadora do diário, chamou Buckley e lhe confiou a missão de salvar o jornal. É o que nos conta Olson (1966-9). O novo diretor criou uma estratégia e um estilo que influenciariam todo o jornalismo mundial: separou as notícias dos artigos - *news* em um lado, preponderantes, *comments* em outro, para não "contaminar" as informações, porque

"os leitores são capazes de refletir por eles próprios"
(TENGARRINHA, 1989-215).

A decisão criativa de Buckley ocorreu numa época moralmente conturbada da monarquia britânica. Depois de ter reinado alguns anos sozinho, o viúvo Guilherme III abdicou quando corria o ano de 1702, e entregou o trono à cunhada Ana. Assim, no ano de nascimento do *Courant*, assumia o reino uma rainha de legitimidade duvidosa, que governou até 1714 (WELLS. 1966-221).

No período seguinte, as coisas não melhoraram. Os Lordes e os Comuns daquele tempo preferiam não ter reis competentes. E por isso, para substituir Ana, foram buscar à Alemanha, em 1714, alguém com remoto direito ao trono, "o eleitor de Hanôver", e o fizeram rei, sob o nome de Jorge I (1714-27). Não falava inglês, só alemão. E de servidores alemães, e - diz a História - de "um enxame de mulheres alemãs" encheu a corte inglesa. Um período obscuro e de alheamento desceu sobre a vida intelectual e política do país, e disso se beneficiavam os grandes comerciantes e os senhores da terra, que sustentavam a situação.

Ao mesmo tempo, porém, as teorias de John Locke, falecido em 1706, singravam nos movimentos revolucionários, em crescendo, espalhando as idéias liberais que haveriam de mudar o mundo. E nesse ambiente contraditório, a imprensa inglesa procurava caminhos de sobrevivência, no ciclo de crises em que se deu a transferência do controle dos jornais, dos impressores para os livreiros, processo do qual o *Daily Courant* não escapou.¹

Os problemas do *Daily Courant* eram diferentes dos de outros jornais, periódicos semanais ou de periodicidade mais dilatada. O *Courant* nasceu para noticiar as ocorrências do mundo político, entre as quais tinham relevância maior as notícias das chamadas "Guerras de Malborough".

¹ HARRIS, Michel, "The structure, ownership and control of the press, 1620-1780", in BOYCE, George, CURRAN, James, e WINGATE, Pauline, *Newspaper History – from the Seventeenth century to the present day*, Londres, Constable, e Beverly Hills, Sage Publications, 1978, pp. 82-97

O duque de Malborough, general Juan Churchill (1650-1722), passou mais de vinte anos em guerras sucessivas, à frente das tropas inglesas, depois que, em 1690, foi encarregado por Guilherme III de submeter a rebelde Irlanda. As glórias militares fizeram dele o homem mais influente da Inglaterra durante o reinado de Ana, período em que o duque militar, em nome da rainha, declarou e aceitou guerras com diversos países europeus, entre eles a França, a Alemanha e os Países Baixos. As "guerras de Malbourogh" foram o grande assunto na Inglaterra entre 1702 e 1716, ano em que o duque caiu em desgraça.²

Por ter assumido o compromisso de relatar diariamente os fatos, em especial os das guerras, o *Courant* não poderia ser um jornal igual aos outros. E não há como negar a genialidade de Buckley ao pressupor que a lógica das interações com o leitor teria que ser outra. Mas, no entendimento de Anthony Smith, um detalhe criava "enormes riscos": a estratégia noticiosa dava ao jornal uma "aparência prolífera", sem comentários, o que talvez não correspondesse às expectativas de leitores, altamente interessados nas preliminares e no desenvolvimento das guerras de Malborough.³

Podemos supor que Samuel Buckley pretendia agregar ao seu jornal uma imagem de credibilidade e independência, como condição de sucesso. O que se sabe da experiência do *Daily Courant* permite admitir que os cuidados maiores eram com a apuração dos fatos, principalmente no que toca ao rigor na escolha das fontes. Ao comentar as virtudes do jornalismo do *Courant*, Smith usa a palavra **acurácia** (*accuracy*), termo que a cultura jornalística tomou emprestado da Matemática e da Física para definir a virtude vital da informação: exatidão garantida pelo rigor dos procedimentos de apuração e verificação. E cita depoimento de James Perry, um dos editores do jornal, que falava da sua preocupação com a credibilidade das fontes, para garantir substância ao relato dos fatos,

² *Encyclopaedia Britannica*, v. 14, EUA, 1959, 922-924

³ SMITH, Anthony, "The long road to objectivity and a back again: the kinds of truth we get in journalism", in BOYCE, George, CURRAN, James e WINGATE, Pauline (*op. cit.* – 159).

"sem comentários ou conjecturas", na suposição de que o público leitor tem capacidade para "elaborar suas próprias reflexões".

O *Daily Courant* pode não ter conseguido o sucesso pretendido por Buckley, numa época em que o Artigo iniciava um longo ápice, como classe de texto predominante na imprensa. Mas, no campo da linguagem, certamente ofereceu valiosa contribuição à evolução do jornalismo - não por causa da credibilidade resultante da impossível separação entre opinião e informação, mas devido à eficácia resultante do rigor dos conteúdos e da clareza pedagógica que acontece na organização de textos e espaços quando se separam os artigos (comentários) das notícias (relatos).

Ilusão da objetividade

O *Daily Courant* desapareceu em 1735. Mas o modelo criado resistiu ao tempo. No campo da teoria, sobre a experiência criada por Buckley, a cultura jornalística criou o paradigma que até hoje divide o jornalismo em **Opinião** e **Informação**.

A rigor, talvez não se trate de um paradigma, ao menos na significação científica do termo e no sentido que Kuhn lhe atribui, ao propor a teoria de revoluções científicas. Embora a dicotomia **Opinião x Informação** se tenha transformado, pela tradição, em espécie de matriz que há quase três séculos regula convicções conceituais que organizam e explicam o jornalismo, o modelo de Buckley, enquanto descoberta, nem pretensão científica teve. Já o contexto da justificação, engendrado pelos pensadores do jornalismo, acabou por criar uma "lei" que produziu especialistas, encheu livros e consolidou raízes, tanto nas redações quanto nos meios acadêmicos. Além do mais, o termo paradigma migrou da cultura científica para o espaço do senso comum, como sinônimo de modelo padrão. E isso também legitima o seu uso, aqui.

Dogmatizado o paradigma, desenvolveram-se, como valores definitivos, conceitos que iludem os leitores, como esse de levá-los a acreditar que a paginação diferenciada dos artigos garante notícias com informação purificada, livre de pontos de vista, produzida pela devoção à objetividade. Como se tal fosse possível, e até desejável.

O paradigma Opinião x Informação tem condicionado e balizado, há décadas, a discussão sobre gêneros jornalísticos, impondo-se como critério classificatório e modelo de análise para a maioria dos autores que tratam do assunto. A conservação dessa matriz reguladora esparrama efeitos que superficializam o ensino e a discussão do jornalismo e tornam cínica a sua prática profissional.

Trata-se de um falso paradigma, uma fraude teórica, porque o jornalismo não se divide, mas se constrói com informações e opiniões. Além de falso, está enrugado pela velhice de três séculos.

Depois do *Daily Courant* e de Samuel Buckley, várias revoluções culturais, políticas e tecnológicas mudaram a sociedade e as interações humanas, impondo adequações aos saberes e fazeres jornalísticos. Nessa evolução, há mais de um século que o jornalismo deixou de se expressar apenas por notícias e artigos. Nos últimos cem anos, a reportagem, por exemplo, tornou-se a forma discursiva predominante em jornais e revistas. "A maioria do que se publica em um jornal é reportagem", diz Vivaldi (1986, 382), e as pesquisas realizadas para este projeto o confirmam.

Além disso, surgiram e desenvolveram-se a entrevista e o fotojornalismo, técnicas de relato cuja eficácia, tal como acontece na reportagem, está na aptidão de associar os fatos às idéias, os dados às emoções, os acontecimentos à reflexão, os sintomas ao diagnóstico, a observação à explicação, o pressuposto à observação. O próprio desenvolvimento da diagramação e da infografia, com a utilização dos modernos recursos eletrônicos de edição gráfica, cria e amplia campos de relação interativa, dialética, entre a informação e a opinião. E disso resultam ganhos significativos para a apreensão e/ou a atribuição de significados na realidade, entendida, na sua

totalidade, como sinônimo de mundo, espaço do que existe e acontece, e do que falta e não acontece.⁴

Não há como ajustar as formas discursivas do jornalismo ao critério que divide os textos em *informativos* e *opinativos* - até por serem coisas de esferas diferentes: na teoria dos gêneros, a divisão dos textos em classes e tipos (artigo, notícia, reportagem, entrevista, crônica...) resulta da diversidade nas estruturas externas, identificando formas; já as propriedades informativas e opinativas das mensagens são como que substâncias na natureza do jornalismo, no sentido em que se constituem suportes que permanecem na totalidade da ação jornalística, quer se relate ou se comente a atualidade.

A apuração e a depuração, indispensáveis ao bom relato, são intervenções valorativas, intencionadas por pressupostos, juízos, interesses e pontos de vista estabelecidos. Como noticiar ou deixar de noticiar algum fato sem o componente opinativo? Por outro lado, o comentário - explicativo ou crítico - será ineficaz se não partir de fatos e dados confiáveis, rigorosamente apurados.

Não existem, pois, espaços exclusivos ou excludentes para a opinião e a informação, o que torna ingênuo e inútil o paradigma criado a partir das experiências de Buckley, como base classificatória para as classes e espécies de texto, no jornalismo.

No plano do conhecimento, é a opinião que conserva ou destrói, que preserva ou transforma. A inserção da opinião no conhecimento, como parte contraditória, discute-se na Filosofia desde Sócrates, para quem as opiniões divorciadas do conhecimento eram coisas feias. Em notável ensaio, desenvolvido no campo da teoria literária, Kermode (1991, 69-92) tentou desconstruir esse conjunto, analisando-o como paradoxo, para isolar oposições. Mas, ao final, reconhece que não é possível nem conveniente fazê-lo:

⁴ Aceita-se, aqui, a noção de mundo formulada na lógica de WITTGENSTEIN, (*Tractatus logico-philosophicus*, Madrid, Alianza Editorial, 1986), segundo a qual a realidade corresponde à existência e à não existência dos fatos.

"O que importa é o fato de deverem continuar a existir maneiras de induzir estas formas de atenção, mesmo que no fim se encontrem todas na dependência da opinião. (...) Como acredito nisto, deduzir-se-á que não consegui distinguir o conhecimento da opinião, ou mesmo aquilo que se encontra estabelecido porque está certo, daquilo que está certo apenas porque estabelecido."

Kermode deixa clara a atitude intelectual de rejeição a paradigmas racionalistas tendentes a isolar e a controlar a opinião. "O que é alguma coisa senão o valor que lhe atribuímos?" - pergunta. E finca âncoras de argumentação num certo "anarquismo epistemológico", quando admite, por exemplo, "que toda a observação se encontra dependente do pressuposto teórico", e que "tal pressuposto deve variar de época para época, de uma comunidade de interpretação para outra, e mesmo de indivíduo para indivíduo". Significa isso admitir o que algumas correntes da filosofia da ciência sustentam: que até nas ciências naturais a verdade científica depende da teoria.

O que é a teoria? Uma opinião. E se admitirmos - o raciocínio é de Kermote - que "as teorias são o que qualquer um pode ter", então, "a verdade científica é também uma questão de opinião".

A opinião, parte menor mas indispensável do conhecimento, constrói memória e esquecimento, o lado privilegiado e o lado marginal dos processos da continuidade. "É a grande criadora de cânones", verdades e certezas expandidas pela repetição, até que a conversação dos intérpretes descubra "significados originais até ali ocultos". Mesmo os estóicos, como lembra Kermote, precisaram da opinião para setenciar que a opinião é sempre e inteiramente má.

Frank Kermode estimula a convicção de que até o mito da objetividade, sendo uma opinião, produz subjetividades e delas se nutre. E se assim é na ciência, assim é no jornalismo.

Escola espanhola

A função qualitativa de maior relevância no jornalismo é a de atribuir valor às coisas. Sem intervenção valorativa não há ação jornalística, e isso aprende-se também com Martinez ALBERTOS (1992, 288), quando define Notícia: "É um fato verdadeiro, inédito ou atual, de interesse geral, que se comunica a um público que pode ser considerado massivo, desde que haja sido colhido, interpretado e *valorado* (grifo nosso) pelos sujeitos promotores que controlam o meio utilizado para a difusão" - que vêm a ser os jornalistas. Ele chega a escrever que "a função valorativa é absolutamente própria e específica, em todos os níveis, do exercício do jornalismo: no plano do recolhimento das notícias (...), no plano da análise e organização das notícias (...) e no plano do ajuizamento e comentário dessas mesmas notícias".

Deve-se atribuir a Albertos o mérito de ser, entre os estudiosos da disciplina de gêneros jornalísticos, quem de forma mais criativa lida com o paradigma anglo-saxônico. Quase o rejeita, com a sua proposta de inserir, com valorização acentuada, os gêneros *interpretativos* entre os *informativos* e os *opinativos*. Chega a escrever, sem ambigüidades, que a sua proposta de gêneros jornalísticos contém uma revisão questionadora da "doutrina tradicional, de inspiração anglo-saxônica, em cuja virtude as disposições admissíveis em todo o fazer jornalístico tinham uma destas finalidades: a transmissão de dados objetivos ou a emissão de juízos de valor acerca dos acontecimentos de atualidade. Os textos resultantes da primeira atitude se denominavam relatos (*stories*), enquanto os que respondiam ao segundo dos objetivos recebiam o nome de artigos de opinião (*comments*)" (ALBERTOS, *op. cit.*, 227).

A revisão proposta por Albertos estabelece um nível interpretativo para o relato jornalístico, intermediário entre a informação e a opinião. E o autor agrega complexidade à questão, ao caracterizar cada agrupamento por um modo próprio de escritura: a narração e a descrição para os fatos (informação); a exposição quando, para a análise, é preciso associar fatos e razões (interpretação); e a

argumentação para quando, na persuasão, as razões devem produzir idéias (opinião). Outra inovação do seu esquema é a relação entre a atitude (que poderíamos entender por intenção) de quem escreve e a função do gênero.

No seu esquema, ao mesmo tempo em que cria um espaço de liberdade para as duas classes de texto interpretativo (Reportagem interpretativa e Crônica), Albertos isola com fronteiras rígidas, sem porosidades, a informação objetiva e a opinião. E em relação à opinião, a radicalidade se acentua: deve ser "confinada quase religiosamente na *seção editorial*".

Podemos até relevar, como coisa menor, o paradoxo que cria a possibilidade de elaborar notícias sem juízos de valor (explícitos ou implícitos) numa cultura, a do jornalismo, caracterizada pela essencialidade da função valorativa. Mas não é possível aceitar que a interpretação possa constituir-se categoria independente no jornalismo, reduzida a dois gêneros que Albertos considera híbridos.

Há, aí, uma agressão ao conceito. Interpretação é um processo complicado de atribuição de significados, e vai além do autor, porque aos leitores cabe dar sentido aos textos. Não há texto sem intenção nem leitura sem atribuição de sentidos. E nessa interação entre intenções de autoria e intenções de leitura, talvez até os principais intérpretes sejam os que lêem, não os que escrevem. Umberto ECO (1993-290) sugere que, entre a intenção do autor (que ele considera "freqüentemente irrelevante para a interpretação de um texto") e a intenção do intérprete (leitor), existe a *intenção do texto*.

Talvez se possa dizer que essa terceira possibilidade é a que organiza e dinamiza o *todo* interpretativo do jornalismo, cujos textos relatam ou comentam uma realidade que é a dos leitores, mas reelaborada, por critérios jornalísticos, com dados, fatos, depoimentos e pontos de vista colhidos em fontes interessadas., Nessa macro-interlocução, as fontes também inserem pontos de vista e elementos interpretativos, que a mediação crítica organiza para a difusão social. E tudo isso interage, na construção de um fenômeno

a que poderíamos chamar *polissemia de conteúdos*, do qual nem as notícias nem os artigos podem ser excluídos.

A interpretação que Albertos nos propõe limita-se à construção literária, em dois tipos de texto, e à capacidade jornalística de compreender e explicar a atualidade. Fontes e leitores são agentes passivos, sujeitos esquecidos.

GOMIS (1991, 38), autor também importante da escola espanhola, entende a questão de maneira diferente. Para ele, o jornalismo, no seu todo, "é um método de interpretação sucessiva da realidade social".

Gutierrez PALACIO (1984, 17) trabalha igualmente com o conceito de que o jornalismo é "um método de interpretação". E explica por quê:

"Primeiro, porque escolhe entre tudo o que se passa aquilo que considera 'interessante'. Segundo, porque traduz a uma linguagem inteligível cada unidade que decide isolar (notícia) e, além disso, distingue nela o que é mais interessante (...) e o que é menos interessante. Terceiro, porque, além de comunicar as informações assim elaboradas, trata também de situá-las e ambientá-las para que se compreendam (reportagem, crônica), e de explicá-las e julgá-las (editorial e, em geral, comentários)."

E vale a pena retornar a KERMODE (*op. cit.*, 77), para sustentarmos o entendimento de que a opinião, conectada aos pressupostos do conhecimento ou da tradição, anima o contexto interpretativo do jornalismo:

"Aqueles elos e cruzamentos infinitos de significados, aquelas condensações e deslocamentos a que a interpretação normativa dá importância, são tantos quantos os que se podem encontrar no mundo da criação (...). O mito que sustenta esta interminável conversação de intérpretes é, em síntese, o do significado ilimitável de um mundo de texto, um mundo de verdade a que a opinião aspira."

O mundo de verdade que dá significação ao texto é um mundo de ajustamentos dinâmicos, em contextos reais, com múltiplos sujeitos (todos interessados) e muitas verdades - verdades de quem escreve, de quem lê, de quem informa, de quem comenta, de quem fala, de quem ouve... Há uma estratégia dialética de interações, em que cada partícipe entra com as aspirações criadas pela respectiva opinião. E a interpretação dá-se por acordos e conflitos, por compreensão e incompreensão, por rejeições e aceitações, por desconfianças e crenças.

É em sua totalidade interpretativa que o jornalismo se realiza como espaço e processo cultural.

Proposta brasileira

No ambiente da língua portuguesa, a obra mais importante sobre gêneros jornalísticos é de José Marques de MELO (1985). Trata-se de estudo reeditado em 1994 sem alterações substanciais, no qual o autor propõe uma classificação que reafirma o paradigma anglo-saxônico, dividindo os textos jornalísticos nas categorias ***Informação*** e ***Opinião***. A relação de lógica classificatória, hierárquica, entre ***categoria*** e ***gênero***, Melo a justifica pela evolução histórica do jornalismo, da qual resultou a "necessidade sociopolítica de distinguir os fatos (*news/stories*) das suas versões (*comments*), ou seja, delimitar os textos que continham opiniões explícitas".

A originalidade da proposta de Marques de Melo está nos critérios que usa para estabelecer sua proposta de classificação.

Ele entende, preliminarmente, que um gênero jornalístico se caracteriza pela "conjunto das circunstâncias que determinam o relato que a instituição jornalística difunde", rejeitando critérios de autores (como Luiz Beltrão) que identificam gêneros com base nos códigos em que a mensagem se expressa.

Para exemplificar, escreve Marques de MELO (*op. cit.*, 61): "(...) a fotografia ou o desenho são perfeitamente identificáveis como notícias (quando apreendem a faceta privilegiada de um fato), como complemento de notícias (e aí a notícia é compreendida como uma estrutura articulada entre texto e imagem) ou como reportagem (quando as imagens são suficientes para narrar os acontecimentos)". Aceita como válida, porém, "a autonomia da opinião ilustrada (caricatura), por se tratar de uma forma de expressão que ficou reduzida à imagem no nosso jornalismo".

Depois, para organizar sua classificação, Melo estabelece que as duas categorias em que agrupa os gêneros jornalísticos "correspondem à intencionalidade determinante dos relatos". E nesse sentido, o autor identifica duas vertentes: a vertente da "reprodução do real" (informação) e a vertente da "leitura do real" (opinião). Explicação: "Reproduzir o real significa descrevê-lo jornalisticamente a partir de dois parâmetros: o atual e o novo. Ler o real significa identificar o valor do atual e do novo na conjuntura que nutre e transforma os processos jornalísticos" (MELO, *op. cit.*, 62).

No reforço da proposta, Marques de Melo defende a idéia de que o jornalismo articula-se em função de dois núcleos de interesse: a descrição e a versão dos fatos - "daí o relato jornalístico haver assumido duas modalidades: a descrição e a versão dos fatos".

Com base nessa visão, Marques de Melo propõe e defende a bifurcação dos gêneros jornalísticos, agrupando-os nas categorias do *Jornalismo Informativo* e do *Jornalismo Opinativo*. Ressalve-se, entretanto, que o seu estudo se aplica particularmente ao jornalismo brasileiro.

A divisão dos textos jornalísticos em duas categorias deriva da convicção (essa é a segunda linha de argumentação com que Marques de Melo sustenta a sua proposta) de que os gêneros jornalísticos identificam-se a partir da natureza estrutural dos relatos observável nos processos jornalísticos. E explica assim seu ponto de vista:

"Os gêneros que correspondem ao universo da informação estruturam-se a partir de um referencial exterior à instituição jornalística: sua expressão depende diretamente da eclosão e evolução dos acontecimentos e da relação que os mediadores profissionais (jornalistas) estabelecem em relação aos protagonistas (personalidades e organizações). Já no caso dos gêneros que se agrupam na área da opinião, a estrutura da mensagem é co-determinada por variáveis controladas pela instituição jornalística e que assumem duas feições: a autoria (quem emite a opinião) e a angulação (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à opinião)".(MELO, op.cit., 64)

Com tais premissas, Marques de Melo propõe a seguinte classificação, com a listagem de 12 gêneros:

Jornalismo Informativo

Nota

Notícia

Reportagem

Entrevista

Jornalismo Opinativo

Editorial

Comentário

Artigo

Resenha

Coluna

Crônica

Caricatura

Carta

A quantidade de gêneros da grade classificatória torna inevitável a similaridade entre vários deles. Em alguns casos, as semelhanças são bem mais bem acentuadas do que as diferenças, o que, no mínimo, não se harmoniza com o entendimento predominante que a Filosofia

e a Literatura têm do questão dos gêneros: eles se definem pelas diferenças formais entre si. Talvez por isso, quando caracteriza os gêneros incluídos na sua proposta, o autor recorre a critérios que nada têm a ver com a forma dos textos.

Na categoria dos gêneros que reproduzem o real, para Marques de Melo, a diferença entre *Nota*, *Notícia* e *Reportagem* está "na progressão dos acontecimentos, sua captação pela instituição jornalística e a acessibilidade de que goza o público". Introduce-se, assim, no elenco das razões, um novo critério, o da temporalidade: a *Nota* faz "o relato de acontecimentos que estão em processo de configuração"; a *Notícia*, "o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social"; a *Reportagem*, "o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística". Já a *Entrevista*, para o autor, é "um relato que privilegia um ou mais protagonistas do acontecer, possibilitando-lhe um contato direto com a coletividade".

Na categoria dos gêneros opinativos, para diferenciar e caracterizar as classes de texto, Marques de Melo inclui na sua lógica, além da temporalidade, critérios de angulação e autoria, criando uma variedade argumentativa que exige detalhamento nas explicações. Assim:

- O *Comentário*, o *Artigo* e a *Resenha* pressupõem autoria definida e explicitada; o *Editorial* não tem autoria, por ser espaço da opinião da instituição jornalística.

- O *Comentário* e o *Editorial* estruturam-se segundo uma angulação temporal que exige continuidade e imediatismo, o que não acontece com a *Resenha* e o *Artigo*. Estes dois últimos gêneros, para Marques de Melo, aproximam-se, também, pelo fato de serem classes de texto "cuja angulação é determinada pelo critério de competência dos autores".

- Em relação à *Coluna*, à *Crônica* e à *Carta*, um traço comum é a identificação da autoria. "Já as angulações são diferentes. A *Coluna*

e a *Caricatura* emitem opiniões temporalmente contínuas, sincronizadas com o emergir e o repercutir dos acontecimentos. A *Crônica* e a *Carta* estruturam-se de modo temporalmente mais defasado; vinculam-se diretamente aos fatos que estão acontecendo, mas seguem-lhe o rastro, ou melhor, não coincidem com o seu momento eclosivo".

Pensamos que a temporalidade e a angulagem não são critérios adequados para conceituar e a caracterizar gêneros jornalísticos. Se deixarmos de considerar os fatos imprevisíveis e não programados, que ocupam cada vez menos espaço nas preocupações e nas páginas da imprensa diária, fácil é verificar que a temporalidade dos acontecimentos está vinculada a ações estratégicas de instituições e grupos, das quais o relato e a difusão jornalística fazem parte. As pautas jornalísticas são diariamente nutridas pela previsão de acontecimentos que irão desdobrar-se em vários momentos e estágios de eclosão, interdependentes e com relevância específica, para que o crescendo da ação conduza ao ápice em etapas progressivas, concretizadas nos momentos certos.

Para que haja sincronismo entre a dimensão material e a dimensão comunicativa, o acontecimento articula-se e desenvolve-se em fatos sucessivos, aos quais os objetivos de sucesso impõem que se agreguem atributos que os tornem jornalisticamente interessantes.⁵ Nesse percurso ocorrem falas, eventos, decisões, conflitos, perguntas, respostas, ocorrências previstas ou inesperadas, com causas e efeitos que tanto podem justificar a notícia, quanto a reportagem, a entrevista ou o artigo - antes, durante ou depois da eclosão do acontecimento na sociedade.

Quanto às angulagens, elas resultam da inspiração e da criatividade de quem escreve, no aproveitamento literário de detalhes, para seduzir leitores ou acentuar a atribuição de significados aos fatos. Em relação à evolução temporal dos acontecimentos, o que muda é a

⁵ Sobre teoria do acontecimento e efemerologia, ver CASASÚS, Josep Maria, *Iniciación a la Periodística*, Barcelona, Teide, 1988, pp. 52-53 e 85-97.

estratégia narrativa, não a angulação. Além disso, com exceção da crônica - texto de autor que exige liberdade plena para a rebeldia estilística, e que por isso não se acomoda em classificações - o texto jornalístico é sempre produto de múltiplas interações inteligentes e intencionadas, entre jornalistas e fontes que têm informações, ou saberes, ou emoções, ou pontos de vista que interessam aos conteúdos e ajudam a construí-los. Pergunte-se a qualquer bom colunista, articulista, editorialista ou repórter quantas horas por semana ocupa em conversas com pessoas qualificadas e confiáveis - o que em nada reduz, mas aumenta, o mérito do trabalho jornalístico.

Revelações da práxis

Investigações realizadas para o presente estudo, sobre a evolução dos gêneros jornalísticos na imprensa brasileira entre 1945 e 1995, produziram, entre outras, a evidência de que os conceitos "opinião" e "informação" perderam eficácia (se é que já a tiveram) como critérios para categorizar gêneros jornalísticos. A leitura de uma quantidade significativa de textos jornalísticos (o equivalente a 6.600.000 cm² de área impressa) demonstrou que o relato jornalístico acolhe cada vez mais a elucidação opinativa, e que o comentário da atualidade exige cada vez mais a sustentação de informações qualificadas. Surgiu daí a convicção de que seriam necessárias novas buscas, teóricas e de observação, para um novo entendimento da questão dos gêneros jornalísticos.

Face à dinâmica e ao grau de complicação das interações que o jornalismo viabiliza no mundo atual, não é mais possível explicar e entender a ação discursiva do jornalismo pela dicotomia *Opinião x Informação*. Qualquer leitura de jornal ou revista de grande circulação deixa evidente que as fronteiras entre opinião e informação são destruídas pela inevitabilidade da valoração jornalística, por sua vez influenciada pela interferência interessada e

legítima dos vários sujeitos do processo, tanto no relato quanto no comentário da atualidade.

A cultura jornalística produziu, pois, um equívoco. Até a notícia dita objetiva, construída com informação "pura", *hard*, como se diz no jargão de inspiração americana, resulta de seleções e exclusões deliberadas, controladas pela personalidade opiniática do jornalista. É claramente inadequado usar o conceito *artigo* como equivalente a *opinião*. Opinião éajuizamento, atribuição de valor a alguma coisa, ponto de vista, pressuposto, modo de ver, de pensar, de deliberar; artigo, no plano da linguagem, identifica um tipo de texto organizado em esquemas argumentativos, adequados para a estruturação de comentários. Ou seja: artigo está da dimensão da forma; opinião, na dimensão do conteúdo. E o mesmo raciocínio se pode aplicar ao paralelismo entre *informação* e os diversos tipos de texto do *relato* jornalístico, organizados em esquemas narrativos, para que alcancem sucesso.

Quando Samuel Buckey decidiu separar as notícias (*news*) dos comentários (*comments*) não levantou qualquer barreira entre opinião e informação, ainda que tivesse pensado fazê-lo. O que ele separou foram dois tipos de texto, um com estrutura formal argumentativa, outro com estrutura formal narrativa. Nos conteúdos, porém, e nas intencionalidades, lá estão informação e opinião, substâncias que permanecem, interativas, na totalidade do jornalismo, para que nele se conserve a característica essencial, a de ser linguagem asseverativa.

No "policiamento" da opinião, que os crentes da objetividade fazem, é claramente identificável um viés moralista, como se a opinião, só por si, tornasse suspeita a informação. E a questão não é moral nem ética, mas de estratégia interlocutória: para o relato dos acontecimentos, a narração é mais eficaz. Ao relatar-se, conta-se

uma história, com suas complicações e seus sucessos, mas os juízos de valor lá estão, implícitos, nas intencionalidades das estratégias autorais, e explícitos, nas falas (escolhidas) dos personagens, às vezes até nos títulos.

Há que dar início a uma nova discussão sobre a teoria dos gêneros jornalísticos, ancorando-a nas ciências da linguagem. Porque gêneros são formas do discurso. Na visão pragmática, *formas de dizer, para fazer* - o que explica, no jornalismo, a importância da eficácia. #

NOTA – Conheça, no livro *CHAPARRO, Manuel Carlos, Sotaques d'Aquém e d'Além Mar – Travessias para uma Nova teoria de gêneros* (São Paulo Summus, 2009) – a proposta completa do autor para um novo entendimento conceitual e classificatório de gêneros jornalísticos.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTOS, José Luiz Martinez. *Curso General de Redacción Periodística*, Madrid, Paraninfo, 1992.

BOYCE, George, **CURRAN**, James, e **WINGATE**, (Pauline (orgs.)). *Newspaper History – from the seventeenth century to the present day*. Londres, Constable, e Beverly Hills, Sage Publications, 1978.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do Jornalismo – buscas práticas para uma teoria da ação jornalística* (terceira edição). São Paulo, Summus Editorial, 2007.

ECO, Humberto. *Interpretação e Superinterpretação*. São Paulo, Martins Fontes, 1993.

GOMIS, Korenzo. *Teoría del periodismo – como se forma el presente*. Barcelona/Buenos Aires, Paidós, 1991.

KERMODE, Frank. *Formas de atenção*. Lisboa, Edições 7, 1991.

- MELO**, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. (2ª. Edição). Petrópolis, Vozes, 1994.
- OLSON**, Kenneth. *The history makers*. Baton Rouge, Louisiana, State University Press, 1966, apud **MELO**, José Marques de, *A Opinião no Jornalismo Brasileiro* (2ª edição), Petrópolis, Vozes, 1994.
- PAILLET**, Marc. *Jornalismo, o quarto poder*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- PALACIO**, Juan Gutierrez. *Periodismo de Opinión*. Madrid, Paraninfo, 1984.
- PÊCHEUX**, Michel. *Semântica e Discurso – uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, Unicamp, 1988.
- TENGARRINHA**, José M.. *História da imprensa periódica portuguesa*, 2ª edição. Lisboa, Caminho, 1989.
- VIVALDI**, Gonzalo Martin. *Géneros periodísticos – reportaje, crónica, artículo – análisis diferencial* (4ª edição). Madrid, Paraninfo, 1987.
- WELLS**, H. G.. *História Universal* (v. 1 a 7). São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1966.